

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMAS DE ATES/RS

Fernanda de Queiroz Miranda¹
Alisson Vicente Zarnott²
Eduardo MiottoFlech³
Pedro Selvino Neumann⁴
Marco Antônio Verardi Fialho⁵

Sessão 5: Experiências de Capacitação e Extensão Rural Agroecológicas: A mudança possível.

Resumo: O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) em assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul (RS) adotou, a partir de 2012, a sistematização de experiências agroecológicas como uma ação estratégica visando promoção das experiências em agroecologia desenvolvidas nos assentamentos e o aprimoramento do uso de ferramentas participativas no trabalho cotidiano das equipes técnicas. Em 2013 a sistematização foi implementada como meta contratual e vinte experiências foram sistematizadas pelas equipes, seguidas por mais quatorze experiências em 2014 e vinte em 2015. Ao longo destes três anos, o programa de ATES com a assessoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) através do Projeto de Assessoria Técnica e Pedagógica ao Programa de ATES (ATP) realizou debates e capacitações das equipes técnicas a fim de qualificar a sistematização de experiências etorná-la uma ferramenta de extensão rural que promova a construção do conhecimento entre famílias e equipes técnicas, ou seja, uma ferramenta que, além de promover as experiências, facilite processos dialógicos de aprendizado dos envolvidos qualificando-os e abrindo novas possibilidades de trabalho para as equipes. Avalia-se que a ação de organizar, redigir e analisar conjuntamente um processo vivido tem facilitado a realização de uma análise crítica das experiências e promovido uma maior compreensão dos fatos, relações existentes e questões chave para cada experiência, melhorando o diálogo e a interação entre os técnicos e as famílias e qualificando as próprias experiências. Além disso, através das sistematizações foram produzidos documentos que tem servido de instrumento para a ação das equipes técnicas com as demais famílias assentadas, propiciando exemplos e qualificando a prática extensionista.

Palavras chave: Metodologias; Assentamentos Rurais; Agroecologia.

¹ Assessora Técnica Pedagógica do Programa de ATES (TC INCRA/ UFSM). Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo pelo Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fernandaqmiranda@yahoo.com.br

² Doutorando no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), alissonae@yahoo.com.br

³ Assessor Técnico Pedagógico do Programa de ATES (TC INCRA/ UFSM). Mestre em Extensão Rural pelo Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), eduardoflech000@yahoo.com.br

⁴ Professor do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), neumannsp@yahoo.com.br

⁵ Professor do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), marcoavf@hotmail.com

Introdução

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) acontece desde 2003 através da modalidade convênio. Em 2008 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) mudou a forma de contratar o serviço passando de convênios à celebração de contratos via chamadas públicas. Hoje, no Rio Grande do Sul (RS), os serviços de ATES são executados por três prestadoras em vinte Núcleos Operacionais (NOs). A Empresa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (EMATER) é responsável por executar os serviços em nove NOs; a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), em dez NOs; e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), responsável por um NO. Ao todo são 152 técnicos, atuando em 304 assentamentos e assessorando 11.528 famílias.

O Programa de ATES no RS está estruturado sob um sistema de controle e gestão social com representação nos assentamentos, regionalmente e em nível estadual⁶. O Conselho Estadual de ATES, instância estadual onde é feita a gestão do programa, é formado pelo INCRA, Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado do RS (SDR/RS), UFSM, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), EMATER, COPTec, CETAP e Cooperativa Central dos assentados da Reforma Agrária do RS (COCEARGS).

As mudanças ocorridas no espaço rural implicaram em repensar a ação da extensão rural no Brasil na década de 80, sobretudo em buscar o aperfeiçoamento metodológico da assistência técnica para atender a complexidade colocada.

Em 2004, após quase uma década de debate, e acompanhando essas mudanças ocorridas é criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Tanto a PNATER como a ATES surgem a partir da consolidação de um movimento crítico em relação aos resultados do modelo de difusão produtivista proposto como ferramenta de efetivação do processo de “modernização” da agricultura ocorrido a partir da década de 60 e que priorizava o aperfeiçoamento técnico produtivo, deixando questões ambientais e sociais sem prioridade na definição das ações de extensão rural.

A proposição da política visa reverter o quadro de abandono e impulsionar processos de desenvolvimento prioritariamente para agricultura familiar (DIAS, 2008) e tem como pilares a transição agroecológica, a participação social e o uso de metodologias participativas.

Com relação à ação extensionista, a orientação pedagógica construtivista, libertadora e humanista é o caráter educacional que rege a ação da PNATER, buscando reconhecer o agricultor familiar como protagonista da ação transformadora de seu meio, tendo em vista o meio rural como espaço de aprendizado e conhecimento. A PNATER traz ainda como princípio norteador, a adoção de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural.

A sistematização de experiências surge ainda na década de 50, na América Latina, como ferramenta de investigação social e de afirmação de ações do Serviço Social. Com base no conceito do método dialético, Holliday (2006) afirma que a sistematização realizada com a leitura e reconhecimento da realidade, mediados pelo método, são fontes para a transformação da realidade. No Brasil, somente período da redemocratização, na década de 80, a sistematização de experiências passa a ser utilizada como ferramenta de educação popular.

⁶ Para mais informações sobre estrutura de controle, participação e gestão social do Programa de ATES consultar Zarnottetal(2015).

Este artigo tem como objetivo geral, apresentar a construção e a efetivação da sistematização de experiências agroecológicas como ferramenta de extensão rural para o do Programa de ATES. Essa ferramenta vem de encontro à efetivação de uma proposta de extensão rural calcada em princípios de educação popular, baseada no uso de metodologias participativas que facilitam o diálogo e promovem a construção de novos conhecimentos entre as equipes técnicas e sujeitos da experiência, fortalecendo tanto as experiências com o a ação extensionista.

O trabalho está construído em três seções: a primeira apresenta um histórico, o surgimento e os conceitos da sistematização de experiências na história, também traz os desafios apresentados para a extensão rural no Brasil ao longo de décadas de mudanças de foco nas políticas de desenvolvimento. A segunda seção apresenta o Programa de ATES, suas construções e debates em torno da sistematização de experiências e traz também uma linha do tempo descrevendo, ano a ano, o processo de sistematização de experiências em assentamentos do RS, seus potenciais e desafios. Por fim, avaliam-se os resultados que a ferramenta de sistematização de experiências produziu nesses três anos de implementação.

1) A Sistematização de Experiências e o desafio para a extensão rural

Nas últimas décadas, sobretudo a partir da década de 60, o rural brasileiro passou por grandes transformações. A empresa rural tornou-se o único modelo proposto para toda a atividade agrícola, ao mesmo tempo em que a condição de grande proprietário foi confirmada como a via de acesso aos benefícios das políticas públicas. A condição de empresário rural era vista como “moderna” enquanto o campesinato era visto como parcela “atrasada” da sociedade.

Ao assimilar a lógica “moderna” de produção, o campesinato foi profundamente afetado. Como aponta Wanderley (2000, p.87), os processos de urbanização, industrialização e modernização redefiniram além das formas de produção no campo, as relações sociais, culturais e políticas.

Por outro lado, parcela considerável do campesinato não assimilou a lógica de produção capitalista no campo, muitos acabaram perdendo seus meios de produção, sobretudo a terra, o que gerou uma massa de camponeses pobres e desempregados. O modelo conservador de produção capitalista no campo, além de degradação social, gerou passivos ambientais irreversíveis. O surgimento de movimentos sociais no campo, no final da década de 70, representa uma articulação dos tantos conflitos sociais originados da situação econômica e social que foi criada pelas transformações que o país sofria nessa década.

Nas décadas de 80 e 90, em consequência da crise econômica e social no país, movimentos sociais, organizações não governamentais, organizações sociais do campo e parte das universidades intensificam os debates e críticas sobre o modelo tecnológico de produção. Colocaram o debate sobre desenvolvimento rural sustentável em contraposição ao modelo do crescimento econômico, pautando propostas de ações para a reforma agrária e a solução da crise socioambiental na agricultura brasileira.

Na esteira deste debate sobre a redemocratização e reaproximação da sociedade civil com o poder público, essas organizações pautaram uma nova forma de produção no campo baseada nos preceitos da Agroecologia⁷ e a elaboração de políticas que

⁷ Ver Caporal & Costabeber (2004) em:

http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribui%20coes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf

contemplassem o atendimento de demandas sociais. A proposta era incluir os “excluídos” em uma política de desenvolvimento.

Neste contexto de luta pela Reforma Agrária e por políticas públicas que afirmam a agricultura familiar como um instrumento para se pensar uma nova proposta de desenvolvimento, surge a necessidade de uma proposta de assistência técnica e extensão rural (ATER) que seria segundo Moreira (1997, p.166), desenvolvida como afirmação de um processo educativo, construtivista, participativo e organizacional.

Assim como as mudanças ocorridas no espaço rural implicaram em repensar as políticas para o rural, exigem também ações de extensão rural voltadas para atender a complexidade colocada. Em 2004, após quase uma década de debate, é criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). A proposição da política visa reverter o quadro de abandono e impulsionar processos de desenvolvimento prioritariamente para agricultura familiar (DIAS, 2008) e tendo como pilares a transição agroecológica, a participação social e o uso de metodologias participativas.

A PNATER apresenta como princípios entre outros: o desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2004).

Com relação à ação extensionista, a orientação pedagógica construtivista, libertadora e humanista é o caráter educacional que rege a ação da PNATER. Pautada principalmente por Paulo Freire⁸, essa pedagogia busca reconhecer o agricultor familiar como protagonista da ação transformadora de seu meio, tendo em vista o meio rural como espaço de aprendizado e conhecimento. A PNATER traz ainda como princípio norteador, a adoção de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural.

Dias (2008) aponta que essa proposta de se fazer extensão apresenta desafios para a sua implementação, já que requer que o extensionista assuma um papel diferente dentro desse novo contexto, que valorize a interação com os agricultores, as capacidades locais, e isso está relacionado à prática cotidiana das prestadoras de serviço de ATER. Essa demanda exige que o extensionista seja um facilitador de processos de aprendizagem, para isso precisa ter conhecimento de novas práticas, adotar novos métodos de comunicação com as comunidades rurais. Precisa entender, segundo Freire (2001), que o conhecimento se constrói a partir da prática.

Nesse sentido, a sistematização de experiências tem se mostrado como uma das ferramentas pedagógicas apropriadas para dar conta da teoria e da prática (pesquisa e participação), do conteúdo e do método. Realizada com o uso de metodologias participativas e bastante testada e difundida em projetos sociais na América Latina⁹ a partir da década de 70, tem se mostrado como uma estratégia de construção do conhecimento bastante apropriada em educação popular.

Holliday (2006, p.9) coloca que a sistematização de experiências surgiu da área de Serviço Social (e não da Educação), ainda na década de 50, como demanda de produção do conhecimento associada à intervenção. Na época, em consequência dos processos de desenvolvimento econômico em andamento, o profissional do Serviço

⁸ Pedagogia do Oprimido (1987); Educação como prática da liberdade (2001); Extensão ou Comunicação? (1988).

⁹ Sobre a implantação do instrumento de sistematização de experiências na América Latina ver Diego Palma (1992), Sérgio Martinic (1998) e Oscar Jara Holliday (2006).

Social era direcionado para o atendimento de populações empobrecidas do campo e da cidade. Em consonância com o modelo proposto, os profissionais eram direcionados “a mudar as práticas, os saberes e as visões de mundo dos pobres, tidos como marginais e ignorantes”. Assim, os profissionais criaram uma modalidade de pesquisa social e de divulgação de experiências direcionados para “recuperar, ordenar, precisar e classificar” as formas de agir e os saberes envolvidos na ação desse Serviço Social.

Somente na década de 70 a sistematização irá adquirir outros significados, quando uma parte dos profissionais do Serviço Social, orientada por visões críticas ao modelo de desenvolvimento, à organização do social e às teorias pedagógicas se propõe a construir novas formas de intervenção (FALKEMBACH, 2007), assim como vinha acontecendo em outros campos. Nesse bojo, segue Holliday (2006, p.9), a sistematização tem também o seu conceito ampliado, adicionando à preocupação com a recuperação de práticas, a reflexão desta como “fonte de conhecimento do social para a transformação da realidade”.

O mesmo autor em “Para Sistematizar Experiências” (2009, p.08) coloca que a sistematização de experiências pressupõe como fundamento a concepção metodológica dialética, que entende a realidade histórico-social como uma totalidade, como processo histórico: “a realidade é, ao mesmo tempo, una, mutante e contraditória porque é histórica; porque é produto da atividade transformadora, criadora dos seres humanos”.

Mesmo sendo tratada por esse e outros autores como um campo da educação popular, e assim uma modalidade de investigação social que se opõe ao positivismo, como afirma Martinic (1998), a sistematização dialoga profundamente com a proposta de extensão rural prevista na PNATER, pois se caracteriza como uma forma de investigação que possibilita que os sujeitos (indivíduos e coletivos sociais) transformem suas práticas em objeto de reflexão, produção de conhecimentos e aprendizagens.

Holliday (2006, p. 24), define a sistematização como sendo uma “interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo”.

Falkembach (2007) argumenta que ao sistematizar, as experiências são problematizadas e apresentadas como objeto para o pensamento e assim as práticas sociais e as vivências que elas oportunizam vão se configurando. A sistematização, ao interrogá-la mediante um eixo temático definido, estará possibilitando que se exponham os problemas, tensões e desafios com os quais convivem. Para tanto a sistematização, em seu processo, deverá prever um instrumental de ferramentas metodológicas que propiciem aos sujeitos a problematização da experiência para que ocorra reflexão sobre os limites e as potencialidades e se produza novos conhecimentos e novas práticas.

A sistematização de experiências coloca-se como um verdadeiro desafio para a extensão rural, mesmo sendo considerada importante nos processos de educação popular ela dificilmente entra nos planos de execução de atividades das empresas prestadoras de serviços. Holliday (2006) enumera três razões fundamentais que podem justificar a dificuldade das instituições em tornar as sistematizações uma prática de extensão rural: i) essa prática parece requerer esforço especializado; ii) falta uma compreensão do que significa sistematizar e, iii) na prática, as instituições não dão prioridade à sistematização.

Para a extensão rural, fica o desafio de dialogar com as experiências (que obviamente acontece através dos sujeitos sociais) através de metodologia bem definida, que proporcione novas leituras da realidade e construa novos aprendizados. Para tanto é necessário a elaboração de planos coletivos, a realização de capacitações e a organização de roteiros para a efetivação destas.

2) A experiência do Programa de ATES do RS

O Programa de ATES no RS acontece desde 2003 através da modalidade convênio. Em 2008 o INCRA mudou a forma de contratar o serviço passando de convênios à celebração de contratos via chamadas públicas. Os contratos iniciam uma nova forma de execução das ações de extensão – com metas contratuais executadas através de uma estrutura descentralizada em NOs¹⁰, apontando para uma maior autonomia dos mesmos, e facilitando o monitoramento e fiscalização. Também implicaram num redesenho de papéis no âmbito da gestão e participação social, e no estabelecimento de parcerias com outras instituições para a qualificação do Programa de ATES.

No RS a ATES é ofertada pelo INCRA e os serviços de ATES são executados por três prestadoras em vinte NOs. A Empresa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (EMATER) é responsável por executar os serviços em nove NOs; a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), em dez NOs; e o e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), responsável por um NO. Ao todo são 152 técnicos, atuando em 304 assentamentos e assessorando 11.528 famílias.

Orientado pela PNATER, um dos princípios do Programa de ATES, refere-se a substituição dos tradicionais enfoques derivados da Revolução Verde e a adoção de uma “abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia” (INCRA, 2008, p.14). Para o Programa de ATES, o trabalho extensionista deve promover o aprendizado e a autonomia das famílias, em contraponto as ações verticais e de difusão de tecnologias adotadas no período da Revolução Verde.

Buscando fortalecer a promoção da agroecologia no trabalho cotidiano das equipes técnicas e, sobretudo visando a divulgação das experiências agroecológicas em andamento nos assentamentos em contraposição ao avanço do agronegócio, o Programa de ATES começou a discutir ainda em 2011 possibilidades estimular as equipes técnicas para uma atuação mais incisiva nesse sentido.

A ideia de sistematizar experiências surgiu como encaminhamento do “Encontro Estadual de Técnicos de ATES com Enfoque na Área Social”, ou seja, como forma de atuação de técnicos da área social, porém com enfoque interdisciplinar. Somente no segundo semestre de 2012 essa sugestão começa a tomar “corpo” nos debates do Conselho Regional de ATES, onde foi debatido qual seria o conteúdo e método da sistematização de experiências no programa de ATES.

Em dezembro de 2012, promovido pelo Convênio Fapeg/INCRA/EMBRAPA (CONFIE)¹¹ e EMBRAPA Clima Temperado – Pelotas/RS acontece a “Jornada Técnica Sobre Sistematização de Experiências Agroecológicas no Programa de ATES”. Este evento teve como objetivo o nivelamento dos pressupostos metodológicos e conceituais do processo de sistematização e a definição de uma proposta de trabalho para o Programa de ATES, com a participação do INCRA, EMATER-RS, COPTec, CETAP, EMBRAPA, SDR/DDA e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Na sequência, o “Encontro Estadual de Técnicos de ATES” contou como espaço de capacitação “A

¹⁰ Núcleos Operacionais são formados por um conjunto de famílias assentadas em um determinado território, assessoradas por uma equipe técnica montada de acordo com as normas coladas no Manual Operacional para execução dos serviços de ATES (INCRA, 2008)

¹¹ Convênio entre EMBRAPA e INCRA para assessoria às equipes técnicas e transferência de tecnologia para os assentamentos.

Sistematização de Experiências como estratégia de reflexão e aprendizado para o Programa de ATES”, onde a sistematização foi apresentada como meta para o Contrato de 2013 e debatida com as equipes técnicas.

Como objetivo foi definido que a sistematização deveria construir um processo dialógico de aprendizado entre as famílias e técnicos, além de servir como meio de divulgação das experiências agroecológicas, suas práticas e métodos em andamento nos assentamentos. Partiu-se da compreensão de que o processo de sistematização é uma importante ferramenta de qualificação da extensão rural já que, em essência, tem como objetivo dialogar e aprender com uma experiência vivida¹².

Inicialmente houve certa resistência das equipes, já que era uma meta contratual e a metodologia de execução ainda não estava bem definida a sistematização foi vista como mais um documento para ser entregue. Para sanar dúvidas e combinar sobre o método de trabalho para sistematizar foi encaminhada a realização de uma oficina de formação e ficou definido que o acompanhamento e assessoramento durante o processo de sistematização ficariam a cargo dos Assessores Técnicos Pedagógicos (ATPs) do Programa de ATES¹³.

A oficina aconteceu durante o Encontro de Qualificação dos Técnicos de ATES¹⁴ ocorrido no mês de abril de 2013, teve duração de dois dias e contou com a participação de dois técnicos por equipe que já haviam discutido nas suas respectivas equipes qual a experiência do NO seria sistematizada. A mesma buscou resultados práticos e trouxe reflexões conceituais, definiu a metodologia para a construção do processo de sistematização, apontou ferramentas metodológicas possíveis de serem utilizadas, estratégias para a execução e construiu um roteiro base e um cronograma para realização das sistematizações. Foi adotada a metodologia proposta por Holliday, seguindo os cinco passos apontados pelo autor em “Para sistematizar experiências” (2006).

No cronograma de execução acordado na oficina estava prevista a entrega de uma versão preliminar da sistematização no final do mês de junho de 2013. Uma versão acabada da sistematização foi apresentada nos “Encontros Regionais de Qualificação dos Técnicos de ATES” realizados em agosto de 2013. Em dezembro de 2013 a versão definitiva foi apresentada no “Encontro de Qualificação dos Técnicos de ATES”, com a participação dos técnicos e agricultores participantes da experiência sistematizada. No quadro 1 estão as experiências sistematizadas em 2013.

A avaliação foi que a sistematização seria uma forma de divulgação das experiências, mas principalmente, uma ferramenta de trabalho das equipes, onde os processos e produtos gerados resultassem em aprendizado mútuo (equipes e famílias envolvidas) e novas possibilidades (a partir das reflexões) de ação junto à experiência.

¹² Além da sistematização de experiências agroecológicas construíram-se outras duas importantes ferramentas para o trabalho da ATES no RS entre os anos de 2012 e 2013: o Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA) que é alimentado pelas equipes técnicas e possui informações sobre quem são, como vivem e o que e como produzem todas as famílias assentadas participantes do Programa de ATES e a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP) que é um instrumento de acompanhamento e análise econômica de unidades produtivas representativas dos principais sistemas produtivos existentes nos assentamentos. Maior detalhamento sobre ver Zarnott et al (2015).

¹³ Projeto ATPs é fruto de um Termo de Cooperação firmado entre o INCRA-RS e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) desde 2012. O trabalho da equipe de ATPs envolve três grandes eixos de ação: o assessoramento sistemático aos NOs, o assessoramento ao Programa Estadual, sendo um deles dar subsídio as discussões sobre a qualificação da ATES, e o assessoramento ao INCRA (ZARNOTT et al, 2015).

¹⁴ Ministrada por Córdula Eckert, Gerente de Planejamento da EMATER/RS.

Quadro 1: Lista das experiências agroecológicas sistematizadas pelo Programa de ATES em 2013.

Núcleo Operacional	Título da Experiência
Júlio de Castilhos	Estratégias de ATES e as respostas dos assentados em relação às ações ambientais.
Tupanciretã	Organização das famílias assentadas em Tupanciretã para efetivar a política pública do PNAE como estratégia para a transição agroecológica.
Jóia	A influência do processo de capacitação em gestão rural na tomada de decisão de jovens sobre a sua permanência no meio rural.
Pinheiro Machado	Experiência de Transição Agroecológica da produção para a venda na feira da reforma agrária, Pedras Altas/RS.
Vacaria	A experiência do grupo Flor do Campo na comercialização direta na feira ecológica de Sananduva.
Santana do Livramento	Estratégias de gestão coletiva da unidade de produção, Assentamento Frutinhas, Santana do Livramento/RS.
Candiota	Moinho Colonial, Assentamento Jaguarão, Jaguarão/RS.
Hulha Negra	As políticas públicas de abastecimento alimentar - PAA e PNAE: o caso da COPTIL, Hulha Negra/RS.
Viamão	O uso comum de recursos hídricos na produção de arroz agroecológico no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS.
Eldorado do Sul	Experiência Agroecológica de famílias assentadas no Assentamento Apolônio de Carvalho, no PAA.
Sarandi	Produção de leite à base de pastagem perene na COOPATRISUL - Assentamento 29 de Outubro, Trindade do Sul/rs.
Palmeira das Missões	A Experiência da família Thonzack com viticultura agroecológica, Reassentamento Nova Conquista, Palmeira das Missões.
Nova Santa Rita	O planejamento da unidade de produção agroecológica da família Vodzik, Assentamento Itapuí, Nova Santa Rita/RS.
Canguçu	Produção de sementes agroecológicas da família Malmann, Assentamento União, Canguçu/RS.
Piratini	Integração da produção de mel e sementes agroecológicas, Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini/RS.
Herval	Produção de morango orgânico no Assentamento São Vergílio, Herval/RS.
São Luiz Gonzaga	Inclusão produtiva e social através da agroecologia, Assentamento Ximbocu, São Luiz Gonzaga/RS.
Fronteira Oeste	O cultivo de morango de base ecológica como alternativa de geração de renda em um assentamento da região da Fronteira Oeste.
São Gabriel	Viabilidade econômica do processo de produção de arroz orgânico, do produtor Ivandro Pacheco do grupo Resistência Camponesa, Santa Margarida do Sul/RS.
São Miguel das Missões	Descrição das dimensões produtivas, sociais e ambientais da família Oliveira, Assentamento Santa Helena, São Miguel das Missões/RS.

Ainda em 2013 foi estabelecida uma parceria com o Laboratório de Mediações Sociais e Culturais (LabMeSC) da UFSM para a produção de vídeos e de ebooks com as experiências sistematizadas. Assim, estas poderiam ser compartilhadas com outras famílias e equipes técnicas. As experiências construídas em 2013 foram apresentadas

nos Conselhos Regionais de ATES em maio de 2014, com destaque para o impacto positivo das experiências apresentadas em vídeo.

No ano de 2014 foram contratadas novas vinte experiências. Seguindo a mesma metodologia de debate e qualificação das sistematizações, as versões parciais de 2014 foram apresentadas nos Encontros Regionais de Técnicos de ATES, que aconteceu entre agosto e setembro do mesmo ano e no Encontro Estadual de Técnicos de ATES aconteceu a oficina de apresentação das experiências sistematizadas pelas equipes técnicas com a participação das famílias envolvidas. Das vinte experiências contratadas somente quatorze delas apresentaram produto satisfatório para o Programa de ATES (Quadro 2). As experiências “não aprovadas” apresentaram problemas sobretudo na execução, incorrendo em relatos e não em experiências sistematizadas, ou seja, a sistematização como processo de reflexão não necessariamente produziu reflexões em seis das vinte experiências.

Quadro 2: Lista das experiências agroecológicas sistematizadas pelo Programa de ATES em 2014.

Núcleo Operacional	Título da Experiência
Tupanciretã	A importância social e produtiva do grupo de mulheres do assentamento nova aliança.
Jóia	Ocoletivo MÃE TERRA: Uma organização feminina para além do econômico.
Palmeira das Missões	O silo da Família Rosseto como alternativa de secagem e armazenagem de grãos na unidade familiar – Coronel Bicaco.
Vacaria	O processamento do pinhão como fonte de renda e geração de conhecimento no PE Nova Batalha, Vacaria/RS.
Nova Santa Rita	Implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita – RS.
Eldorado do Sul	A organização e gestão do grupo de famílias produtoras de sementes orgânicas de arroz em assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.
Fronteira Oeste	A experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Manoel Viana.
Candiota	A organização de mulheres assentadas no município de Candiota em torno da Associação Mulheres Camponesas “Terra, Luta e Libertação”.
Hulha Negra	Bacia de evapotranspiração como alternativa para o tratamento de esgoto no meio rural.
Pinheiro Machado	A produção de sementes de hortaliças agroecológicas da Bionatur no PA Santa Inácia, município de Pinheiro Machado.
Herval	A força do trabalho e da organização das mulheres de dois assentamentos, PA Santana e PA Chasqueiro/Santa Rosa, ambos localizados no município de Arroio Grande/RS.
São Luiz Gonzaga	A importância da feira livre no incentivo ao processo de organização das famílias assentadas: a experiência do grupo de economia solidária resistência camponesa de São Borja/RS.
São Miguel das Missões	Processo de gestão na atividade leiteira: o caso da Família de GEOVANE HAUBMAN RODRIGUES do Assentamento Conquista da Luta.
Viamão	Grupo Mulheres da Terra: o trabalho da mulher na gestão da unidade familiar, segurança alimentar e saúde a partir da agroecologia no PA Filhos de Sepé, Viamão/RS.

Avaliações apontaram que, embora os conceitos parecessem claros, boa parte das sistematizações elaboradas e entregues pelas equipes técnicas se assemelhava mais a relatos do que a sistematizações, ou seja, havia uma descrição das experiências, mas não era possível perceber um processo de reflexão sobre o processo vivido, bem como não eram indicadas novas possibilidades de ação para as equipes e para a experiência em questão.

Entende-se o relato como parte do processo de sistematização, no entanto, uma sistematização deve ser mais que um relato do que ocorreu. Segundo Chavez-Tafur (2007), para gerar um novo conhecimento, a sistematização deve incorporar uma análise crítica da experiência, por meio da apresentação de opiniões, juízos ou questionamentos sobre o que foi realizado e vivenciado, sendo essa a base da aprendizagem.

Entendendo que havia uma confusão entre relato e sistematização, considerando as dificuldades encontradas na elaboração das sistematizações de 2013 e 2014 e, principalmente, acreditando nas potencialidades desta ferramenta para a ação extensionista, a equipe de ATPs opta como estratégia de qualificação para as sistematizações de 2015, por fazer uma sequência de oficinas com as equipes técnicas para nivelamento conceitual e formação metodológica, acreditando ser esse o caminho para qualificar as sistematizações como ferramenta de extensão rural.

Como parte do cronograma de ações para o processo de sistematização de experiências do ano de 2015 foram realizadas vinte oficinas. Nas oficinas, através do estímulo metodológico de “ação-reflexão-ação” foram abordados os temas: 1) Fluxo do processo de sistematização do programa de ATES (via construção de uma linha do tempo); 2) Nivelamento do conceito de sistematização (adotando os conceitos de Oscar Jara Holliday, Sergio Martinic e Jorge Chavez-Tafur) através de três perguntas orientadoras: O que é sistematizar? Para quê serve? Quem faz? Essa construção foi realizada através do uso de tarjetas e da visualização móvel; 3) Processo de construção da sistematização, ou como sistematizar (adotando como orientação os cinco passos de Oscar Jara Holliday); 4) Exercício de ferramentas metodológicas para a construção do tema, eixo e objetivos da sistematização; e, 5) Discussão das estratégias do NO para construção da sistematização (construção do roteiro de campo e do cronograma de trabalho).

Com esses temas e a partir da prática seguida de reflexão, buscou-se identificar quais as concepções de sistematização de experiências que os técnicos tinham e construir uma compreensão unitária, nivelar conceitos importantes para o processo de sistematização como o eixo, os objetivos, etc. e problematizar as ferramentas metodológicas que pudessem auxiliar no processo de construção da sistematização junto à experiência, além de, como resultado da oficina, exercitar essas questões a partir da experiência selecionada pelo NO para a sistematização 2015.

Avaliou-se que as equipes incorriam em relatos, e não sistematizações, por diversos motivos, sendo os principais: por enxergarem a sistematização como meta de contrato e não uma ferramenta de trabalho da extensão rural; por entender conceitualmente a sistematização como um relato e não um processo de reflexão e aprendizado; e, por existirem limitações para trabalhar com metodologias participativas (MIRANDA & ZARNOTT, 2015).

Em 2015 mais 20 experiências foram sistematizadas (Quadro 3), e pela avaliação da equipe de ATPs, grande parte delas superou a fase de relatos e incorreu em sistematizações, com processos bem definidos e metodologias claras, embora ainda haja dificuldades com a aplicação de ferramentas metodológicas de extensão rural.

Quadro 3: Lista das experiências agroecológicas sistematizadas pelo Programa de ATES em 2015.

Núcleo Operacional	Título da Experiência
Júlio de Castilhos	Impacto das políticas públicas: o desenvolvimento Social e econômico em uma Família de Agricultores Assentados.
Tupanciretã	30 anos de história do Assentamento Nossa Senhora Aparecida II, Tupanciretã/RS.
Jóia	Agroindústria camponesa: A organização familiar na agroindustrialização de lácteos no Assentamento Simon Bolívar, município de Jóia (RS).
Pinheiro Machado	A gestão coletiva na Associação Municipal dos Produtores de Leite de Pedras Altas – AMPLEPA.
Vacaria	A organização comunitária das famílias assentadas no PA Seguidores de Natalino, Ibiaçá/RS.
Santana do Livramento	A evolução econômica e social da família Rohleder - Lopes através da produção de leite no PACapivara.
Candiota	Processo de certificação orgânica da produção de sementes de hortaliças da Bionatur, Candiota/RS.
Hulha Negra	PNAE: transição agroecológica e geração de renda na Reforma Agrária em Hulha Negra.
Eldorado do Sul	Relação da Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária da Região de Porto Alegre - COOTAP com as entidades beneficiárias no PAA.
Sarandi	Tradição na produção de mel da família DRABACH, PE 25 de Julho, Ernestina/RS.
Palmeira das Missões	Reconstrução histórica e dinâmica de organização comunitária do Reassentamento Novo Horizonte, Chiapetta/Rs.
Nova Santa Rita	Aspectos sócio-organizativos das famílias do Núcleo Operacional de Novas Santa Rita envolvidas com a produção de hortifrutigranjeiros para comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.
Canguçu	Diversificação produtiva como estratégia de viabilidade no lote e oportunidades de reconstrução ecológica da agricultura.
Piratini	Comercialização Direta de Morango Orgânico no PA Construtores da Palma, Capão Leão - RS.
Herval	Feira Municipal da Reforma Agrária de Herval: História e Perspectivas.
São Luiz Gonzaga	O trabalho da ATES/COPTEC na motivação de práticas agroecológicas para qualificação de educandos (as): o caso da escola do campo em São Luiz Gonzaga/RS.
Fronteira Oeste	O cooperativismo e o associativismo no Assentamento Santa Maria do Ibicuí: histórias de desafios e conquistas
São Gabriel	A experiência da família Locadio no processo diversificado da produção de alimentos – PA União Pela Terra.
São Miguel das Missões	As práticas agroecológicas desenvolvidas na escola Chico Mendes e sua replicação nas famílias dos educandos.
Viamão	As influências do Programa Aquisição De Alimentos – PAA na geração de renda e segurança alimentar e nutricional no Assentamento Filhos De Sepé Viamão, RS

As experiências de 2015 (Quadro 3) apresentaram resultados mais claros com relação ao diálogo estabelecido ou nas reflexões produzidas e abriram novas possibilidades de trabalho para as equipes de ATES através da avaliação dos limites e potencialidades e do estabelecimento de ações posteriores no planejamento das equipes. Um exemplo, foi a experiência sistematizada pelo NO Vacaria, equipe do CETAP, onde o processo de sistematização de uma experiência de organização social em um assentamento com dificuldades históricas de organização resultou na constituição de dois grupos de mulheres, na realização da festa de aniversário do assentamento e na conquista de ações junto a prefeitura do município para melhorias no saneamento básico e estradas do assentamento.

Nos três anos de experiências sistematizadas pelas equipes técnicas da ATES no RS, os mais diferentes temas foram abordados: organização produtiva, social e cultural das famílias; produção, agroindustrialização e comercialização agroecológicas; processos de transição em agroecologia; trabalho com escolas; experiências de ATES, experiências na área ambiental, entre outras.

As equipes técnicas, de forma geral, ainda apresentam dificuldades para orientar o trabalho para uma perspectiva agroecológica, com orientações metodológicas baseadas numa perspectiva de busca de autonomia dos sujeitos. Seguindo Dias (2008), isso está relacionado à prática das prestadoras de serviços de ATER, já que é no dia a dia do trabalho de seus técnicos que se efetivam as propostas, com suas práticas e princípios. Isso varia tanto entre as prestadoras (com suas missões e objetivos) como entre as diferentes regiões do estado onde estão inseridas as equipes e seus contextos socioprodutivos. Uma explicação pode ser o enraizamento de formas antigas de se fazer extensão rural, calcadas no difusionismo produtivista.

Para os técnicos fica o desafio de definir prioridades e métodos, e para o Programa de ATES orientar ações e princípios coletivos através de um sistema fortalecido onde interesses possam confluir para maior aceitação das propostas colocadas.

3) A sistematização como ferramenta de extensão rural na ATES

Ao longo desses três anos de experiências sistematizadas no Programa de ATES, foi possível acumular debates e construções sobre a possibilidade da introdução de novas ferramentas de extensão rural para o trabalho cotidiano das equipes que busquem a efetivação dos princípios previstos na PNATER.

A primeira observação relevante a ser feita é que a capacitação das equipes técnicas, assim como da equipe de ATPs, através da realização de oficinas e cursos, e os debates e construções nos espaços coletivos (Encontro Estadual de ATES, Encontros Regionais e Conselhos Regionais) onde as equipes, famílias e demais agentes do Programa puderam construir conjuntamente o processo de sistematização na ATES, fortaleceram e qualificaram a ferramenta de sistematização de experiências.

Uma segunda observação diz respeito ao conjunto do programa de ATES, onde pode-se afirmar que um sistema de gestão e participação fortalecidos, onde os agentes tem os seus papéis bem definidos, pode fazer com que ações orientadas por princípios previstos na PNATER sejam efetivadas com qualidade e sem rejeição. As decisões estratégicas tomadas pelo conjunto do programa nesses três anos reafirmaram a sistematização como uma ferramenta importante tanto para o trabalho cotidiano das equipes como para a divulgação das experiências.

Uma terceira observação é que a ação das equipes em conjunto com as famílias mediada pelas metodologias participativas contribuíram para a qualificação técnica e

metodológica das equipes técnicas e que os processos de sistematização têm melhorado o diálogo e a interação entre os técnicos e as famílias. Assim, a ação de organizar e redigir um processo vivido nas experiências tem facilitado a realização de uma análise crítica destas, e acaba por promover uma maior compreensão dos fatos vividos na realidade sistematizada. Isso tem resultado numa qualificação da prática de extensão rural e das próprias experiências, já que a sistematização tem permitido identificar questões-chaves e relações existentes.

O exercício de sistematização de experiências no programa de ATES permitiu enxergar um novo caminho para reflexão da ação extensionista através da análise crítica de práticas realizadas nos assentamentos. Foi possível identificar problemas e potencialidades existentes em todas as experiências.

Avalia-se que as sistematizações evoluíram nos processos metodológicos, nos documentos apresentados e se fortalecem como uma importante ferramenta de extensão rural, permitindo um olhar analítico e crítico da realidade, facilitando diálogos e abrindo novos caminhos de aprendizado com a prática.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assessoria Técnica e Extensão Rural – PNATER**. Brasília, 2004.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf

CHAVEZ – TAFUR, J. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Brasil: ASPTA, 2007.

DIAS, M. M. **Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades**. Revista Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte. Vol. 1. Nº. 1. P. 101-114. Jan/Jun 2008.

FALKEMBACH, E. M. F. **Sistematização em educação popular: uma história, um debate**. In: 30º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HOLLIDAY, O. J. **Sistematización de experiencias y corrientes innovadoras Del pensamiento latino americano**, La Piragua, Panamá: CEAAL, n.23, 1/2006. p. 7-16.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2009. 128 p

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual Operacional de ATES**, 2008. Brasília, 142 p.

MARTINIC, S. **El objeto de la sistematización y sus relaciones con la evaluación y la investigación.** Medellín: Seminario Sistematización de Prácticas de Animación Sociocultural, 1998.

MIRANDA, F. Q., ZARNOTT, A. V. **Capacitando equipes técnicas para sistematizar experiências agroecológicas em assentamentos de reforma agrária do RS.** In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, Belém, Pará, 2015.

MOREIRA, R. J. **Metodologias da reforma agrária: o Censo e o Projeto LUMIAR.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, abril 1997: 163-177.

PALMA, D. **Papeles de CEAAL.** Santiago: CEAAL, n.3, jun. 1992.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro de 200: 87-145.

ZARNOTT, A. V.; DIESEL, V. CARMO, L. E. A.; MORAES, C. S. **Contratando Serviços de ATEs: O desafio da elaboração de metas contratuais.** In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. (Org.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATEs aos assentamentos da reforma agrária no RS.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 159-185.

ZARNOTT, A. V.; DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S.; FIALHO, M. A. V. **Avanços e retrocessos nas políticas de extensão rural: análise crítica sobre a ANATER.** Artigo aprovado para apresentação no 53º Congresso da SOBER, Paraíba, 2015.